



ID: 74574588

18-04-2018

No Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Termomeccanica explicou porque “foi excluída injustamente” do concurso para instalação da incineradora

Hoje vão continuar a ser ouvidas testemunhas, nomeadamente a Presidente do júri do concurso e o Director Geral da MUSAMI, depois de ontem terem sido ouvidas três testemunhas ligadas à Termomeccanica, a empresa que foi excluída do concurso para a construção da Central de Valorização de Resíduos anunciada pela Associação de Municípios da Ilha de São Miguel.

Começou ontem no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Ponta Delgada a primeira audiência do processo interposto pela empresa italiana Termomeccanica, que considera ter sido “excluída injustamente” no concurso para a construção da Central de Valorização de Resíduos.

Depois de a MUSAMI ter anunciado que foi o consórcio luso-alemão CME/Steinmuller Babcock Environment a vencer o concurso para a construção da Central de Valorização de Resíduos, pelo valor de 64.699.836 euros, e que as outras duas propostas apresentadas por diferentes empresas tinham sido excluídas, a Termomeccanica fez questão de apresentar várias queixas contra esta exclusão. A mais recente foi no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, onde foi solicitada a suspensão da eficácia do acto administrativo que excluiu do concurso um dos concorrentes.

Na primeira sessão da audiência, foram ouvidas três testemunhas, todas elas pertencentes à italiana Termomeccanica, a quem foi pedido que explicassem de acordo com os seus conhecimentos técnicos as diferenças entre a proposta apresentada pela Termomeccanica e a proposta da CME/Steinmuller.

Uma das testemunhas, engenheiro mecânico apesar de ser o responsável pelo marketing da empresa italiana, explicou que ao nível do resultado bruto de exploração entre as duas propostas, a diferença entre ambas implicaria gastos de 136 mil euros por ano a mais por parte da proposta vencedora.

De acordo com a testemunha, apesar do caderno de encargos apresentar valores de referência por exemplo para o teor de cinza, que é uma parte dos resíduos que não queima e logo não produz calor, em termos de eficiência energética esse valor na proposta vencedora foi muito diferente. No entender da testemunha, a questão da eficiência energética é “fundamental para o funcionamento da estrutura” e os custos “duplicam” na proposta vencedora já que seria necessário introduzir mais calor na cadeia, já que a quantidade de cinzas era maior.

Advogado quer que “volte tudo ao princípio”

No final da primeira parte da audiência, o advogado da Termomeccanica, José Luis Moreira da Silva, fez questão de salientar que o concurso “é ilegal” e que “não há qualquer razão para a exclusão” da proposta italiana que até já construiu a outra Cen-



Chegada dos advogados ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com o advogado da Termomeccanica Moreira da Silva no canto à esquerda

tral de Valorização de Resíduos existente nos Açores, na ilha Terceira. “É óbvio que a exclusão não faz qualquer sentido e que se fossemos por esses critérios há aqui uma profunda desigualdade”. O advogado entende que o júri do concurso “andou à procura de seis questões técnicas, minudências técnicas, que analisadas em pormenor vamos ver que não têm qualquer sentido” e que foram apresentadas pela MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente para excluir a proposta italiana.

Moreira da Silva refere que “se não gostavam da proposta, davam uma pontuação menor, mas não tinham que excluir esta proposta para depois ficarem nas mãos de uma única, 10 milhões de euros mais cara”, já que a proposta da Termomeccanica foi de cerca de 53 milhões de euros.

O advogado da empresa italiana explicou que “ficou aqui claro” que nenhuma das propostas cumpriu todos os parâmetros e especifica que “não há nenhum concorrente que tenha ficado isento de ilegalidade neste concurso e tem de voltar tudo ao princípio”.

No final da sessão, Moreira da Silva

explicou aos jornalistas que “não há qualquer razão para a exclusão” e ressalva que “fica uma situação estranha porque há três concorrentes que apresentaram propostas, dão-se ao trabalho de durante quase dois anos procurarem excluir dois concorrentes para ficar apenas com uma proposta a quem adjudicam e isso é claramente violação do princípio da igualdade, do princípio da proporcionalidade e da imparcialidade. Este concurso é ilegal”.

Moreira da Silva fez questão de lembrar que “a Termomeccanica apresenta 10 milhões a menos na sua proposta, e é um dos maiores fabricantes mundiais deste tipo de centrais”, destacando que a justificação para a exclusão da empresa italiana no concurso “não são erros, são situações que foram escolhidas para poderem apresentar a sua melhor proposta. Podem ser melhor ou pior avaliados, mas devem ser avaliados. Não pode excluir-se os concorrentes para ficar apenas com um e ficar-se nas mãos desse concorrentes, que apresentou a proposta mais cara”.

É por isso que reforça que “todas as propostas têm de ser recuperadas, tem de ser

feita uma avaliação como deve ser a todos os concorrentes e tem de ser dada oportunidade a todos os concorrentes de serem avaliados nesta proposta”.

O advogado não quer avançar “se houve favorecimento” na escolha da proposta equivalente a 64.699.836 euros, o que defende é que deveria ter havido “igualdade entre todos os concorrentes, deviam ter sido todos apreciados e depois, que ganhasse o melhor”.

Para amanhã está prevista mais uma sessão de audição de testemunhas arroladas pela Termomeccanica. Neste caso, a Presidente do júri do concurso e o Director Geral da MUSAMI. Além destas duas primeiras sessões, estão já previstas mais duas, a 26 e 27 de Abril, e outras duas, a 3 e 4 de Maio.

A incineração em São Miguel

Em 2014 era anunciada pela Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM) a intenção de construir em São Miguel uma Central de Valorização de Resíduos, que produzirá energia eléctrica e térmica, com recurso a fundos comunitários.

O projecto logo mereceu contestação, quer por parte de vários partidos políticos quer de associações ambientalistas, e um primeiro concurso público para a construção da infra-estrutura foi anulado pela própria AMISM, que através da empresa intermunicipal MUSAMI é a responsável pela gestão do eco-parque de São Miguel e promotora da construção e gestão da incineradora.

Entretanto e após alguma contestação entre alguns dois autarcas que compõem a AMISM, o projecto foi reformulado e foi introduzido o tratamento mecânico biológico (TMB) para que a produção de energia fosse mais eficiente. Entretanto, foi lançado um novo concurso, a que concorreram três propostas, e que mereceu várias petições públicas entregues na Assembleia Regional para suspensão do projecto e até providências cautelares entregues aos tribunais.

Das três propostas, a MUSAMI excluiu duas por não cumprirem o caderno de encargos e escolheu a proposta da CME/Steinmuller Babcock Environment, que se apresentava como a mais cara, na ordem dos 64.699.836 euros. A Termomeccanica, uma das empresas excluídas, apresentou queixa no Ministério Público, na Polícia Judiciária e no Tribunal Administrativo e Fiscal. Até à decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, o processo está suspenso.

Carla Dias



Correio dos Açores

www.correiodosacores.pt

Quarta-feira, 18 de Abril de 2018 • Director: Américo Natalino Viveiros - Director-Adjunto: Santos Narciso • Diário fundado em 1920 por José Bruno Carreiro e Francisco Luís Tavares • Ano 98 n.º 31506 preço: 0,80 Euros

População das Furnas preocupada e revoltada com falta de segurança na freguesia

Actos de vandalismo e falta de policiamento

pág. 3

A POUPARIA

Aqui fazemos Poupanças à medida.

Onde a poupança se faz.

Crédito Pessoal

Para concretizar os seus sonhos fale connosco.

NOVO BANCO DOS AÇORES

Apresentado ao Orçamento Participativo português

Projecto de 300 mil euros para criação de um Centro de Arbitragem e Conflitos nos Açores



Um grupo de 18 proponentes dos Açores, encabeçado por Mário Reis, que é Presidente da Associação de Consumidores da Região, tem validada uma proposta para análise, no âmbito do Orçamento Participativo de Portugal, de criação de um Centro de Informação, Mediação e Arbitragem dos Açores onde decorrerá a resolução de litígios em matéria de consumo, de natureza civil, através da informação jurídica, mediação, conciliação e arbitragem nos 19 concelhos da Região Autónoma.

pág. 4

Empresas açorianas devem procurar alternativas de financiamento para os seus projectos

pág. 7

Tribunal Administrativo começou a julgar processo de concepção e instalação de incineradora em São Miguel

pág. 2



Companhia islandesa pré-qualificada para adquirir 49% do capital social da SATA Internacional

pág. 8

Militares açorianos vão em missão dar formação a tropas no Iraque



última

FEIRA TUDO PARA A CASA

Para todos os gostos, há uma feira com bom gosto.

O QUE RENDE É IR AO CONTINENTE

CYMBRON
Máquinas e Ferramentas

MOTAS

GRANDES MARCAS PEQUENOS PREÇOS

Azoreas Park, Stand 3.12
Tel: 296 20 19 20
@: comercial@accymbtron.pt

MERCADO DO PEIXE

Mercado do Peixe
Restaurante - Bar

Avenida Infante D. Henrique, 15
Ponta Delgada - 296 708 839
918971970 - 296 629 285

Informamos os nossos estimados clientes e amigos que já reabrimos! Esperamos a sua visita!

Gratias pela preferéncia Agência

BIOCALCE MuroSeco

BIOCALCE® MUROSECO REABILITAÇÃO DE PAREDES HÚMIDAS E SALINAS

Biocalce® MuroSeco: simplicidade e segurança para a solução definitiva da humidade capilar em paredes.

KERA KOLL
The GreenBuilding Company

Costa Pereira e Filhos, Lda
MULTIMARKET DE CONSTRUÇÃO

Tel: 296 960 200 - www.costapereira.pt